



Plano de Desenvolvimento Social do Concelho Arganil

Conselho Local de Ação Social de Arganil

2024 - 2028



Ficha Técnica

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arganil

Conselho Local de Ação Social
Ano 2024

Documento elaborado por:
Núcleo Executivo do CLAS de Arganil

Entidade Promotora
Câmara Municipal de Arganil
Praça Simões Dias
Apartado 10
3304-954 Arganil

Tel. 235200150 / 235200144

http: www.cm-arganil.pt
E-mail: redesocial@cm-arganil.pt

Abreviaturas e Siglas

AEA - Agrupamento de Escolas de Arganil
ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra
AEA - Agrupamento de Escolas de Arganil
CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CEFP PIN - Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte
CIM RC - Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra
CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLASA - Conselho Local de Ação Social de Arganil
CLDS 5G - Contrato Local de Desenvolvimento Social – 5.ª Geração
CMA - Câmara Municipal de Arganil
CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
GIAV - Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima
GNR - Guarda Nacional Republicana
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS. I.P. - Instituto da Segurança Social, I.P.
NACJR - Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SUB - Serviço de Urgência Básica
UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

Índice

<i>Sumário Executivo</i>	5
1. A ESTRATÉGIA EUROPA 2030 E A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2024-2028	6
2. EIXOS DE INTERVENÇÃO.....	8
Eixo 1 - Proteção e Intervenção em Indivíduos e Família	11
Eixo 2 - Inclusão Ativa e Emprego	14
Eixo 3 - Envelhecimento Ativo e Combate à Solidão	16
Eixo 4 – Equipamentos e Respostas Sociais	18
Eixo 5 - Funcionamento Monitorização Avaliação - Rede Social	19
3. COMPLEMENTARIDADE E GOVERNANÇA INTEGRADA	20
4. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	20

Sumário Executivo

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2024-2028 estrutura-se e baseia-se no Diagnóstico Social, o qual se constitui como um retrato da realidade económica, social e demográfica do concelho de Arganil. O novo Plano prolonga e revê os objetivos espelhados pelo documento orientador que o antecedeu, e que enquadrava a ação da Rede Social de Arganil no período 2015-2020.

Através do levantamento, análise e identificação das problemáticas e necessidades sociais que servem como carácter orientador e elemento-chave para a elaboração e organização dos eixos de intervenção prioritários no Concelho, pretende-se uma ação integrada e concertada com todos os parceiros e entidades que o constituem.

O presente documento surge num contexto particular de novos desafios, como o novo Quadro Comunitário - Europa 2030, que nos permite direccionar a intervenção e resolução das problemáticas sociais de forma inovadora, sustentável, preparando o futuro de forma consciente, abrangente e consistente.

Os recentes e atuais desafios mundiais, como a pandemia Covid-19 e os conflitos internacionais traduzem-se, também, em consequências nacionais como o aumento da inflação, originando um aumento generalizado de preços a pagar pelos consumidores pelos serviços e bens, que usam no dia-a-dia. Assim, naturalmente, são acentuadas as fragilidades dos indivíduos/famílias já vulneráveis, mas também da população integrada e ativa, que vai revelando cada vez mais dificuldade em fazer a gestão quotidiana, criando novas situações de pobreza e de vulnerabilidade.

O crescimento sustentável e inclusivo do território concelhio não pode, assim, deixar de constituir a matriz de suporte à ação a desenvolver nos próximos quatro anos, promovendo a equidade territorial, a igualdade de oportunidades e a inclusão social, através do empoderamento e da capacitação dos cidadãos, famílias e, conseqüentemente, do concelho.

1. A ESTRATÉGIA EUROPA 2030 E A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2024-2028

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2024-2028, assume uma dimensão estratégica e a longo prazo, recorrendo-se das oportunidades para colmatar as problemáticas e enfrentar os desafios existentes no território.

O Portugal 2030 tem como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, estruturada em torno de quatro temas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território português. São elas:

- I. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- II. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- III. Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- IV. Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A sua programação é alinhada, no contexto europeu, com a nova Agenda Estratégica da União Europeia (UE) para o período de 2019 a 2024, adotada pelo Conselho Europeu em 20 de junho de 2019, complementada com o Plano de Recuperação para a Europa, apresentado pela Comissão Europeia a 27 de maio de 2020 e aprovado pelo Conselho Europeu. É, ainda, feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos. Os dois últimos objetivos apoiam, mais precisamente, a melhoria das qualificações da população, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, a promoção de emprego de qualidade, a inclusão social, bem como as estratégias de desenvolvimento a nível local, promotoras de coesão social e territorial, centrada nas necessidades das pessoas.

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas aprovados a 12 de julho de 2022 e assinado a 14 de julho pelo Estado Português e pela Comissão Europeia. Neste âmbito a nível nacional existem quatro Programas: Pessoas 2030, dedicado à demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à ação climática e sustentabilidade e Mar 2030, com enfoque no apoio aos investimentos de sustentabilidade das pescas.

A nível regional existem cinco Programas, especialmente focados nas políticas territoriais, com aplicabilidade nas NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030;

Existem, ainda, dois Programas com aplicabilidade nas Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030 e, ainda, o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica.

Realça-se o Programa Pessoas 2030 que se debruça na demografia, qualificações e inclusão em regiões menos desenvolvidas, tendo intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, da educação e formação profissional e superior, do combate à privação material, da inclusão social e da igualdade de oportunidades.

A nível regional destaca-se, naturalmente, o Centro 2030 que se foca nas políticas territoriais, as quais estão reforçadas pelo processo de descentralização em curso no continente e contribui para a generalidade dos objetivos estratégicos, em particular para os objetivos Portugal +Próximo, Portugal +Verde e Portugal +Competitivo.

O Portugal 2030 está igualmente alinhado com as componentes do Plano de Recuperação e Resiliência Português (PRR). A mobilização conjugada dos financiamentos previstos permite uma capacidade reforçada de transformar a economia, a sociedade e o território de Portugal.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro I. P. (CCDRC) tem o papel de definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional e dos programas de cooperação territorial europeu, enquadrados nos ciclos de programação das políticas da União Europeia, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios.

O Programa Regional do Centro 2021-2027 (Centro 2030) é um instrumento do Portugal 2030 com aplicação exclusiva à Região Centro com o objetivo de alinhar as estratégias das diferentes Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região Centro, tendo como áreas de intervenção:

- Melhorar a articulação dos territórios e das instituições da região;
- Reforçar a integração da região em espaços e redes internacionais;
- Promover o investimento produtivo na região;

- Melhorar a qualidade ambiental da região, garantindo a salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ambientais;
- Integrar a região nas bases programáticas de ordenamento do território e capacitá-la para uma gestão adequada do uso do solo e dos recursos do território;
- Qualificar os serviços prestados.

Realça-se, ainda, as possibilidades de atuação que o Portugal 2030 e o PRR permitem criar e/ou dar continuidade através dos programas já referidos e de outros instrumentos específicos como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 5ª Geração (CLDS-5G) e os Projetos RADAR Social.

2. EIXOS DE INTERVENÇÃO

Para a promoção do desenvolvimento social do concelho de Arganil, resultante das necessidades prioritárias, foram definidos cinco Eixos de Intervenção.

O PDS representa, assim, o planeamento estratégico a partir do qual serão definidos os Planos de Ação Anuais do Conselho Local de Ação de Arganil, operacionalizados através medidas a implementar.

Eixo 1 - Proteção e Intervenção em Indivíduos e Famílias

Neste primeiro eixo pretende-se a promoção de estratégias articuladas e concertadas com cidadãos e famílias, de forma a promover a coesão social e territorial, através do seu empoderamento, englobando áreas de intervenção como a saúde, migrações, ação social, educação, crianças e jovens, programas de desenvolvimento social e habitação/acessibilidades.

Apesar de existirem diversos equipamentos e serviços dirigidos aos diferentes tipos de população, como se encontra espelhado no Diagnóstico Social do Concelho de Arganil, verificam-se, ainda, problemáticas que fomentam/acentuem as vulnerabilidades e fragilidades dos indivíduos/famílias da comunidade como a violência doméstica, a negligência parental, défices de competências pessoais e sociais, a extensa rede viária municipal, o território disperso e montanhoso, as condições de acolhimento da população migrante, o número de indivíduos/famílias em situação de habitação indigna, a dificuldade na resposta ao nível da saúde, entre muitas outras, que necessitam de uma atuação estratégica.

Eixo 2 - Inclusão Ativa e Emprego

No eixo 2 pretende-se a promoção de estratégias de inclusão social e de integração sustentada em mercado de trabalho, através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de pessoas desempregadas.

Como se pode observar no Diagnóstico Social do Concelho de Arganil foi realizado um grande investimento na área de acolhimento empresarial da Relvinha – Oeste que se apresenta como grande oportunidade de gerar um maior desenvolvimento económico. No entanto é, ainda, necessário dar continuidade à promoção de conhecimento, principalmente o qualificado/especializado, mas também aliar o investimento nas competências pessoais e sociais, para que se obtenha um mercado de trabalho cada vez mais consistente.

Eixo 3 - Envelhecimento Ativo e Combate à Solidão

O eixo 3 recai sobre a promoção de cuidados sociais e de saúde de qualidade e proximidade, adequados às necessidades emergentes da comunidade idosa.

Com a população cada vez mais envelhecida é essencial que a rede social se organize de modo a dar uma resposta eficaz às necessidades da pessoa idosa, principalmente no combate ao isolamento, na área das demências, na promoção da participação na sociedade civil e no envelhecimento ativo e saudável.

Eixo 4 – Equipamentos e Respostas Sociais

A Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, existente no concelho de Arganil, configura-se como uma resposta fundamental, que abrange o vasto e disperso território, procurando colmatar as mais diversas necessidades, carências e problemáticas sociais da população.

Nesse sentido, este eixo procura incidir na requalificação do edificado e dos equipamentos existentes, bem como na melhoria da qualidade dos serviços, garantindo, dessa forma, as respostas mais adequadas às necessidades dos indivíduos/famílias.

Eixo 5 - Funcionamento | Monitorização | Avaliação - Rede Social

O eixo 5 pretende fortalecer o funcionamento da Rede Social e a capacitação dos membros do CLAS procurando potenciar o trabalho em parceria e as práticas de cooperação que têm vindo a ser concretizadas no Município, designadamente através da Rede Social, mas também monitorizar e avaliar as suas ações por forma a servir cada vez melhor o ecossistema social local.

Eixo 1 - Proteção e Intervenção em Indivíduos e Famílias

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
Objetivo Geral	Potenciar o desenvolvimento social e a capacitação comunitária, tendo em vista a resposta às necessidades das famílias e indivíduos.	→Nº de ações/Atividades previstas nos objetivos específicos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.	<ul style="list-style-type: none"> - AEA - CMA - CLASA - CLAIM - SAAS - CAFAP Beira Serra - CEFPIN - CPCJ - NACJR - SNIPI - IPSS's e Misericórdias - Juntas e Uniões de Freguesia; - ISS, I.P - IHRU, I.P - Centro de Saúde - UCC - Equipa Comunitária de Saúde Mental Pinhal Interior Norte - Associações Locais - Entidades Locais/Regionais - Radar Social - CIM RC - CCDRC - Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> →Estabilidade das Medidas de intervenção Social e de Saúde; →Capacidade de articulação inter-institucional; →Fundos Centro2030/PRR.
	1) Melhorar os serviços de proximidade ao nível da prevenção e intervenção social e de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> →Nº de ações, projetos e medidas de apoio criadas; →Nº de famílias acompanhadas no âmbito social e que se encontram autonomizadas; 	→Dossier de acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none"> - CMA - SAAS - CLASA - CAFAP Beira Serra - CEFPIN - CPCJ - ISS, I.P 	<ul style="list-style-type: none"> →Capacidade técnica e funcional; →Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos.

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
Objetivo Específico		→Nº de indivíduos acompanhados em saúde mental estáveis e com um bom nível de integração.		- Juntas e Uniões de Freguesia - UCC - Equipa Comunitária de Saúde Mental Pinhal Interior Norte - Radar Social	
	2) Promover o empoderamento das vítimas de violência doméstica na reconstrução/reorganização da sua vida	→Nº de situações sinalizadas; →Nº de autonomizações; →Nº de famílias e crianças apoiadas.	→Relatório final dos parceiros.	- SAAS - CAFAP Beira Serra - CPCJ - Centro de Saúde - UCC - GNR - GIAV - Radar Social	→Capacidade técnica e funcional; →Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos.
	3) Promover a aquisição das competências parentais, garantindo a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais das crianças e jovens.	→Nº de sinalizações CAFAP; →Nº de sinalizações CPCJ; →Nº de atendimentos; →Nº de Visitas Domiciliário; →Nº de ações de capacitação; →Nº de famílias acompanhadas; →Nº de famílias autonomizadas.	→Relatório final dos parceiros.	- SAAS - CLAIM - CAFAP Beira Serra - CLDS 5G - CPCJ - NACJR - Radar Social - SNIPI	→Capacidade técnica e funcional; →Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos; →Mobilização dos destinatários.
	4) Acompanhar indivíduos/famílias em situação de exclusão e/ou vulnerabilidade social, tendo em vista a sua capacitação e progressiva autonomização.	→Nº de acompanhamentos SAAS; →Nº de processos RSI; →Nº de atendimentos; →Nº de Visitas Domiciliárias; →Nº de famílias autonomizadas.	→Relatório final dos parceiros.	- SAAS - CLAIM - CAFAP Beira Serra - CEFPIN - CLDS 5G - CPCJ - NACJR - Radar Social - SNIPI	→Capacidade técnica e funcional; →Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos; →Mobilização dos destinatários.

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
	5) Potenciar as ofertas educativas/formativas, promovendo o sucesso educativo e o aumento das habilitações académicas dos indivíduos.	→Nº de ações e projetos criados; →Nº de parceiros envolvidas; →% de retenções AEA; →Nº de indivíduos com escolaridade aumentada.	→Relatório final dos parceiros; →Questionário de Satisfação dos Jovens.	- CMA - AEA - Entidades locais/regionais - IPSS's e Misericórdias - Associações Locais - Juntas e Uniões de Freguesia - CIM RC	→Capacidade técnica e funcional; →Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos.
	6) Promover as relações comunitárias facilitando a integração dos migrantes.	→Nº de ações de sensibilização; →Nº de atividades culturais; →Nº de participantes.	→Relatório final dos parceiros.	- CMA - IPSS's e Misericórdias - Juntas e Uniões de Freguesia - Entidades Locais - Comunidade - CLAIM - FAMI - Radar Social - AIMA	→Capacidade técnica e funcional; →Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos.
	7) Melhorar condições habitacionais da população mais vulneráveis.	→Nº de habitações intervencionadas; →Nº famílias apoiadas.	→Registo documental e fotográfico; →Relatório final parceiros.	- CMA - Radar Social - IRHU - CIM RC	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos.
Metas	Realizar 80% das ações/atividades propostas até 2028.	→Nº de participantes; →Nº de ações/atividades; →Nº de parceiros envolvidos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.		
Medidas	1 – Dinamização de projetos de intervenção comunitária em saúde mental; 2 – Prestação de apoio psicossocial às vítimas de violência doméstica, através do aconselhamento parental e familiar; 3 – Prestação de apoio psicossocial a indivíduos/famílias em situação de exclusão e/ou vulnerabilidade; 4 – Realização de ações de sensibilização e dinâmicas de psicoeducação com cuidadores/educadores e rede familiar; 5 – Implementação de ações promotoras do sucesso educativo/aumento das habilitações académicas dos indivíduos; 6 – Realização de ações promotoras da interculturalidade e integração comunitárias; 7 – Aplicação da Estratégia Local de Habitação, tendo em conta financiamentos/apoios disponíveis;				

Eixo 2 - Inclusão Ativa e Emprego

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
Objetivo Geral	Promover a inclusão dos cidadãos e o aumento da sua empregabilidade e inclusão social.	→Nº de ações/Atividades previstas nos objetivos específicos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.	- CMA - SAAS - CLAIM - CEFP PIN - CLDS 5G - Empresas/Instituições locais - ADIBER - CIM RC - CCDRC - AEA - Radar Social	→Capacidade de articulação inter-institucional; →Fundos Centro2030/PRR.
Objetivo Especifico	1) Aumentar competências pessoais, sociais e profissionais.	→Nº de ações realizadas; →Nº de desempregados acompanhados; →Nº de projetos individuais de inserção.	→Relatório final parceiros; →Reuniões com equipas e entidades envolvidas.	- SAAS - CEFP PIN - CLDS 5G - Radar Social - Empresas/Instituições locais	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos; →Mobilização dos destinatários; →Fundos Centro2030/PRR.
	2) Promover a integração social e profissional de desempregados, desempregados de longa duração e beneficiários de prestações sociais.	→Nº de desempregados acompanhados; →Nº de projetos individuais de inserção desenvolvidos; →Nº de pessoas acompanhadas pela ação social/RSI.	→Relatório final e Registo documental parceiros.	- SAAS - CLAIM - CEFP PIN - CLDS 5G - Radar Social - Empresas/Instituições locais	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos; →Mobilização dos destinatários; →Fundos Centro2030/PRR.
	3) Manter e reforçar serviços de formação especializada.	→Nº de oferta formativa; →Nº de reuniões com empresas/entidades locais.	→Relatório final e Registo documental parceiros.	- CMA - CEFP PIN - AEA - ADIBER - Empresas/Instituições locais	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Fundos Centro2030/PRR.

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
	4) Fomentar o empreendedorismo, a economia e o emprego local.	→Nº de candidaturas; →Nº de projetos concretizados.	→Registo documental parceiros	- CMA - CEFPI PIN - ADIBER - Empresas Locais - AEA - CIM RC - CCDRC	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Mobilização dos destinatários; →Fundos Centro2030/PRR.
Metas	Realizar 80% das ações/atividades propostas até 2028.	→Nº de participantes; →Nº de ações/atividades; →Nº de parceiros envolvidos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.		
Medidas	1 – Desenvolvimento de ações de treino de competências capacidades profissionais, valorização pessoal, bem-estar psicológico e autonomia, potenciando e melhorando as suas estratégias na procura ativa de emprego; 2 – Levantamento necessidades formativas; 3 – Incentivar as Entidades Empregadoras para a realização de processos formativos internos; 4 – Desenvolvimento de ações que estimulem as capacidades empreendedoras; 5 – Implementação/consolidação de estratégia para atração de empresas em nova área de acolhimento empresarial.				

Eixo 3 - Envelhecimento Ativo e Combate à Solidão

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
Objetivo Geral	Promover o envelhecimento ativo, prevenindo o isolamento e potenciando a sua autonomia.	→Nº de ações/Atividades previstas nos objetivos específicos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.	- CMA - CLDS 5G - IPSS´s e Misericórdias - ISS, I.P - Juntas e Uniões de Freguesia - Associações Locais - GNR - UCC - Radar Social	→Capacidade de articulação inter-institucional; →Dimensão geográfica dos Concelho; →Fundos Centro2030/PRR.
Objetivo Específico	1) Aumentar e reforçar a Rede de Suporte Social e de Saúde de proximidade dos idosos.	→Nº de projetos de apoio ao Envelhecimento desenvolvidos; →Nº de idosos apoiados.	→Registo documental e fotográfico; →Relatório final e Registo documental parceiros.	- CMA - CLDS 5G - IPSS´s e Misericórdias - ISS, I.P - UCC - Juntas e Uniões de Freguesia - Associações Locais - GNR - Radar Social	→Funcionamento em rede dos parceiros.
	2) Assegurar o apoio psicossocial no domicílio em situações de maior isolamento.	→Nº de visitas domiciliárias; →Nº de entidades envolvidas; →Nº de idosos apoiados.	→Relatório final e Registo documental parceiros.	- CMA - CLDS 5G - IPSS´s e Misericórdias - Juntas e Uniões de Freguesia - ISS, I.P - Entidades Locais - GNR - Radar Social	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Dimensão geográfica dos Concelho.
	3) Valorizar as competências individuais e promover a identidade e o património cultural do território.	→Nº de ações/atividades; →Nº idosos envolvidos nas atividades.	→Registo documental e fotográfico; →Relatório final e Registo documental parceiros.	- CMA - AEA - CLDS 5G - IPSS´s e Misericórdias - Juntas e Uniões de Freguesia - Associações Locais - Radar Social	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Mobilização dos destinatários.

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
	4) Prevenção da criminalidade junto dos idosos	→Nº ações realizadas; →Nº idosos abrangidos; →Nº de sinalizações.	→Nº de sinalizações; →Relatório final e Registo documental parceiros.	- CMA - CLDS 5G - IPSS´s e Misericórdias - Juntas e Uniões de Freguesia - GNR - Radar Social	
Metas	Realizar 80% das ações/atividades propostas até 2028.	→Nº de participantes; →Nº de ações/atividades; →Nº de parceiros envolvidos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.		
Medidas	1 – Desenvolver políticas/ações locais que promovam o envelhecimento ativo; 2 – Criar equipas interdisciplinares de apoio/acompanhamento ao idoso em articulação com os serviços de saúde e IPSS´s e Misericórdias; 3 – Dinamizar eventos comunitários e intergeracionais descentralizados; 4 – Dinamizar oficinas abertas à comunidade; 5 – Realizar ações de Policiamento de Proximidade; 6 – Desenvolver ações de sensibilização dirigidas aos seniores, no âmbito da prevenção de furtos/roubos, violência familiar, práticas comerciais agressivas, entre outros; 7 – Dinamizar programas de voluntariado de proximidade.				

Eixo 4 – Equipamentos e Respostas Sociais

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
Objetivo Geral	Promover a Requalificação do Edificado existente e a melhoria da qualidade dos serviços, garantindo as respostas mais adequadas às necessidades dos indivíduos/famílias.	→Nº de ações/Atividades previstas nos objetivos específicos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.	- CLAS - CMA - CIM RC - CCDRC - Comunidade	→Estabilidade das Medidas de intervenção Social e de Saúde; →Capacidade de articulação inter-institucional; →Fundos Centro2030/PRR.
Objetivo Específico	1) Construção e Requalificação de Equipamentos Sociais, Ensino/Educação e de Saúde.	→Nº de construções de equipamentos; →Nº de Requalificações de equipamentos; →Nº de candidaturas realizadas.	→Registo documental e fotográfico; →Registo documental parceiros.	- CMA - CIM RC - CCDRC - Entidades Locais e Regionais	→Fundos Centro2030/PRR.
Metas	Realizar 80% das ações/atividades propostas até 2028.	→Nº de participantes; →Nº de ações/atividades; →Nº de parceiros envolvidos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.		
Medidas	1 – Criação de Lar Residencial para pessoas portadoras de deficiência; 2 – Requalificação de estabelecimentos de ensino/educação; 3 – Criação/Requalificação de equipamentos sociais tendo em conta as necessidades identificadas; 4 – Construção novo Centro Saúde e SUB.				

Eixo 5 - Funcionamento | Monitorização | Avaliação - Rede Social

	Lógica de Intervenção	Indicadores de Monitorização	Fontes de Verificação	Parceiros	Pressupostos (Fatores Externos)
Objetivo Geral	Consolidar e Reforçar a Rede Social	→Nº de ações/Atividades previstas nos objetivos específicos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.		
Objetivo Específico	1) Criar Grupos de Trabalho temáticos em domínios relevantes para a intervenção social local.	→Nº de reuniões realizadas; →Porcentagem de assiduidade; →Levantamento dos dados atualizados.	→Registo documental parceiros.	- Membros do CLASA	→Funcionamento em rede dos parceiros; →Disponibilidade de Recursos.
	2) Diversificar abordagens e metodologias através da participação não formal da comunidade.	→Nº de ações desenvolvidas.	→Registo documental e fotográfico parceiros.		
	3) Promover a monitorização e avaliação transversal a todos os eixos do PDS 2024-2028.	→Nº de reuniões realizadas.	→Relatório final e Registo documental parceiros.		
Metas	Realizar 80% das ações/atividades propostas até 2028.	→Nº de participantes; →Nº de ações/atividades; →Nº de parceiros envolvidos.	→Dossiers de acompanhamento; →Sistema de monitorização.		
Medidas	1 – Divulgação de Boas Práticas; 2 – Fortalecimento do trabalho institucional e em rede.				

3. COMPLEMENTARIDADE E GOVERNANÇA INTEGRADA

Para a operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social será determinante uma parceria ativa que englobe os cidadãos, entidades públicas, instituições sociais e empresas, aproveitando e rentabilizando a experiência e os recursos de cada participante, sob pena de obter-se uma baixa eficácia e eficiência da utilização dos recursos colocados ao dispor do concelho.

A resolução dos problemas sociais mais complexos, que representam desafios persistentes, pela sua multicausalidade e difícil solução, requerem estratégias de intervenção integradas e multissetoriais.

Ao nível concelhio, o PDS de Arganil 2024-2028 prevê a articulação com diversas parcerias nomeadamente as Juntas e Uniões de Freguesias de Arganil, Câmara Municipal de Arganil, IPSS's/Misericórdias, Centro de Saúde, CLDS 5G, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, CAFAP-Beira Serra, GNR, entre outras. Preconiza-se, dessa forma, uma governação integrada da parceria, isto é, em rede, colaborativa, com uma visão partilhada da resolução das problemáticas e investimento no futuro.

4. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Este documento, bem como as medidas a implementar decorrentes, serão alvo de uma avaliação baseada numa metodologia participativa, com a intervenção dos elementos envolvidos e com a participação direta do Núcleo Executivo.

O Plano de Desenvolvimento Social terá influência direta na elaboração do Plano de Ação da Rede Social, sendo este avaliado anualmente em sede do Conselho Local de Ação Social pelo Núcleo Executivo, com a apreciação das atividades propostas e desenvolvidas no período correspondente, e sua apresentação, para apreciação, ao plenário.

A avaliação final do PDS será elaborada pelo Núcleo Executivo e proposto o relatório final ao CLAS de Arganil, assim que terminado o seu período de vigência.